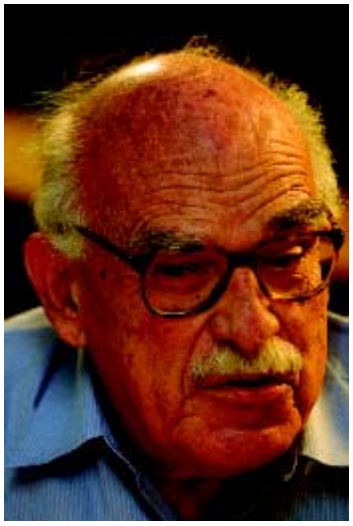
Crescimento vai depender da GOVERNABILIDADE



Antonio Dias Leite



Paulo Levy



Otávio Amorim

Qualquer que seja o próximo presidente da República, dificilmente conseguirá governar com maioria parlamentar. Terá de fazer alianças para ter um Estado forte que faça o Brasil retomar o crescimento econômico sustentado. Só que a estabilidade econômica vai depender da estabilidade política. De muitas negociações. De muita conversa. Para debater a governabilidade e o crescimento econômico, *Conjuntura* convidou os economistas Paulo Levy (IPEA), Antonio Dias Leite (ex-ministro das Minas e Energia) e o cientista político Otávio Amorim (FGV). A mediação foi do editor-chefe, Roberto Fendt. Participaram também o editor executivo, Márcio Chalita, e o redator Rui Pizarro.

Fotos Américo Vermelho



Roberto Fendt — Há uma série de sinais que dão conta de uma melhoria na retomada do crescimento. Economia americana em recuperação, não-contaminação do Brasil pela Argentina, prêmio de risco Brasil caindo e taxa de juros também em queda. O que falta para garantir maior crescimento este ano?

Dias Leite — Eu sou uma pessoa de longo prazo. Mas como você disse, eu acho que uma boa parte das incertezas amorteceu, nós não sofremos muito com o que aconteceu na Argentina, essa variação dos EUA também não teve grande reflexo e são, portanto, positivos os sinais de curto prazo. Mas acredito que na nossa política financeira de curto prazo estamos sujeitos a um outro tipo de incerteza, que é a da preparação para campanha eleitoral, que está se mostrando extremamente incerta nos seus rumos. E essas perspectivas devem influir nas decisões de caráter financeiro, como as tomadas pelo Copom. Existem condições favoráveis ao crescimento e outras que vão se tornar mais favoráveis à medida que evoluir a campanha política. O momento é favorável para a retomada de atividades e decisões, apesar das incertezas do ano passado.

Roberto Fendt — Você acha que a campanha eleitoral, de alguma maneira, afeta o desenrolar da política econômica este ano, ou o rumo já está mais ou menos traçado?

Dias Leite — Ano de sucessão presidencial no Brasil significa sempre queda no apoio parlamentar do presidente. Isso já está ocorrendo no atraso da votação da emenda constitucional relativa à extensão da CPMF. Se por um lado isso é negativo, por outro o ano eleitoral sempre estimula o governo a tomar uma série de medidas que o favoreçam politicamente, são os chamados "ciclos econômicos eleitorais", que existem tanto no Brasil como em todos os países industrializados. Esses ciclos econômicos eleitorais têm sido suavizados por conta da globalização. Não é mais permitido aos governos a margem de manobra que tinham para fazer política econômica, como na década de 1970. Mas, ainda assim, os governos têm alguns instrumentos para afetar a economia, de modo a favorecer suas perspectivas eleitorais. E nós vimos o governo fazer isso desde o ano passado. Por exemplo, a montagem da chamada "rede de proteção social", que é tão cara ao PSDB, faz parte, obviamente, de uma estratégia eleitoral. E de alguma maneira isso pode beneficiar a taxa de crescimento.

Rui Pizarro — Mas o governo, ainda assim, espera crescer?

Dias Leite — Todo governo quer que a economia cresça à taxa mais elevada possível. Mas, agora, em anos eleitorais, o governo tem um estímulo adicional, e isso é preparado no ano anterior por meio do orçamento e por meio de uma série de políticas que podem afetar especificamente alguns setores. Então, o que eu diria é o seguinte: eu não sei que medida pode afetar a taxa agregada de crescimento, mas alguns setores sociais e empresariais são, certamente, beneficiados pelo ano eleitoral.

Roberto Fendt — E que segmentos seriam mais positivamente afetados?

Dias Leite — Os setores empresariais eu não estou certo. Agora, os setores sociais, obviamente, aqueles que são beneficiados pelas políticas de proteção social do governo, ganham com isso e sua renda aumenta. As últimas pesquisas de opinião mostram que o governo é justamente forte nas pequenas cidades do interior, nas localidades mais pobres, alvo de políticas direcionadas pelo governo. Esses são beneficiários no ano eleitoral.

Roberto Fendt — O fim da crise energética vai ajudar o país a crescer mais, mas será que nós estamos correndo riscos mais adiante?

Dias Leite — Desde JK, o programa de metas identificava os pontos de estrangulamento, que eram os transportes e a energia. A tese brasileira esses anos todos foi a de que tem de haver abundância de energia, que é um insumo que pode limitar o produto potencial. Quanto à crise, as modificações que foram feitas para atender o momento, não atendem o futuro. Então, não é impossível que surja uma nova crise em 2003. Existem falhas de decisão, que são difíceis, mas que estão sem solução. Essa questão de dois regimes regulatórios, um para a eletricidade e outro para o gás, torna incompatível na decisão sobre as térmicas, porque o gás está regulado para um caminho e a eletricidade, para outro. O Ministério das Minas e Energia não foi capaz de coordenar essas duas políticas. Isso não foi resolvido.

Roberto Fendt — Muita gente ficou surpresa com a mobilização da população na questão energética.

Otávio Amorim — Foi um espetáculo.

Roberto Fendt — Você veria isso como uma nova consciência da população diante de problemas concretos? Diante desse novo quadro, será que está havendo algum

tipo de mudança mesmo? Faz muita diferença quem quer que seja eleito, do ponto de vista da política econômica e do crescimento?

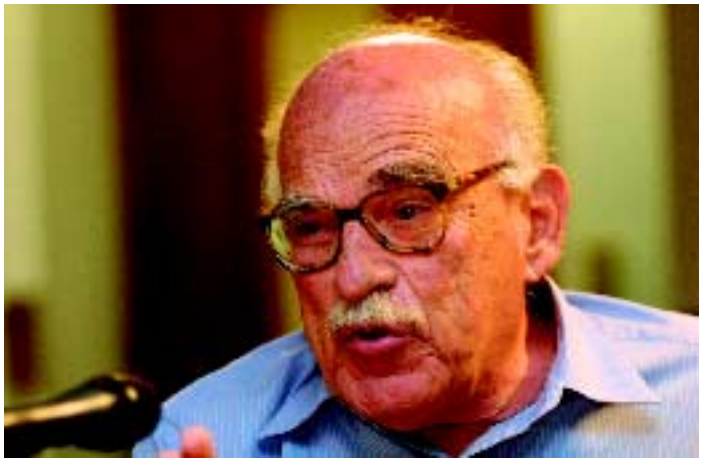
Otávio Amorim — Eu concordo com você que a participação da população e a cooperação que ela ofereceu ao governo no ano passado, durante a crise de racionamento, foi realmente inesperada, tendo em vista o que aconteceu na Califórnia. Na Califórnia, a população não cooperou. E no Brasil, um país menos desenvolvido e com uma população com um nível de educação mais baixo, a cooperação foi impressionante. Agora, o que eu acho é que se a população é devidamente mobilizada e é oferecida para ela oportunidade de participar na promoção do bem público, ela sempre se revela cooperativa. Acho que foi o caso do programa de racionamento. E nós temos outros exemplos. Por exemplo, o voluntariado brasileiro é impressionante. Como é que um país pobre tem um voluntariado tão robusto e ativo como nós temos hoje?

Rui Pizarro — E presente em vários setores...

Otávio Amorim — Exatamente. Tanto é que os especialistas em política social dizem que hoje em dia não se deve pensá-la exclusivamente a partir da perspectiva do governo, mas também a partir da sociedade civil e das várias ONGS e associações voluntárias que ajudam nesse sentido. Outro exemplo interessante de como essa lógica cooperativa pode acontecer é o metrô do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é uma cidade suja, imunda. Agora, olhamos o metrô, é muito bem organizado. Por quê? Porque à população está sendo oferecido um bem público eficiente, e ela coopera. Quando isso acontece, acho que sempre se pode contar com a cooperação da população brasileira. O governo tem de ser muito sincero com a população, deixar muito bem claro o que está em causa, e o que estava em causa no caso era uma questão fundamental, um bem público importantíssimo para todos, e a população participou e cooperou. Foi um grande momento na história brasileira para mostrar, quer dizer, nós estamos vivendo num país aparentemente tomado por individualismo radical, as pessoas hoje se tratam muito mal, vejam aí a violência e as relações sociais que nós temos, e de repente temos esse momento de cooperação, essa catarse coletiva.

Roberto Fendt — E sobre o PT, no Sul?

Otávio Amorim — Em relação à primária que houve no PT do Rio Grande do Sul e que acabou elegendo um candidato mais moderado, e você associou a isso um movimento mais amplo de convergência para o centro do Brasil. Eu concordo. Outro dado importante nessa equação é a insistência com que Lula e José Dirceu, presidente do PT, têm falado da necessidade de se formar coligações no centro com empresários para ganhar eleição e para governar. Isso é uma grande mudança na história do PT, é sinal de que está realmente havendo a esperada convergência em direção ao centro. Então, primeiro deve existir a convergência na composição política eleitoral para que depois haja a convergência em termos de política econômica. Nesse sentido, a notícia é alvissareira do lado da oposição. O triste é o que está vindo da parte do governo com esse conflito político-policial entre PSDB e PFL. Em caso de vitória de um candidato do governo isso certamente vai afetar as alternativas disponíveis para o próximo presidente, digamos, Serra. Se esse conflito com o PFL continuar do jeito que está, isso é prenúncio de que talvez o PFL não esteja no governo o ano que vem. Isso vai afetar a composição ideológica partidária do futuro governo. Se o PFL sai, o futuro governo necessariamente vai adernar um pouco mais para a esquerda para conseguir maioria parlamentar. Esse é um cenário possível, decorrente dessa briga inesperada que o FH nunca quis com o PFL, quem quis foi a facção serrista do PSDB, isso vem desde a eleição para as presidências do Congresso em fevereiro de 2001.



Roberto Fendt — Você observou que o PT como um todo está buscando a governabilidade, quer ganhar e governar, o que parece extremamente saudável. Por outro lado, na hipótese de que o PSDB se isolasse, evidentemente nenhum dos partidos dominaria o Congresso, então os partidos terão de fazer composições.

Márcio Chalita — O PFL saindo do governo, vamos admitir que passe a ser oposição no governo Serra, obviamente o Serra vai se compor com o PMDB.

Otávio Amorim — Já se compôs. Eu acho que o que aconteceu em março dá margem para que se esbocem dois cenários de um possível governo Serra. Um cenário seria marcado por uma guinada à esquerda, o que aconteceu desde fevereiro de 2001 com a eleição de Jader e de Aécio, até desembocar na crise político-policial de março de 2002, sinaliza o desejo, a vontade do Serra e dos seus parceiros dentro do PSDB de alijar o PFL da futura



coalizão governante. Por quê? Porque a companhia do PFL por oito anos maculou a imagem social democrata do PSDB. Digamos que isso seja verdade, como seria a composição do próximo governo sem o PFL? A direita não estaria completamente fora, o PTB entraria, o Dornelles já anunciou que está fechado com o Serra, claro que Maluf não vai com o Serra porque estão disputando o mesmo espaço em São Paulo. O PMDB entraria, então, dividido, não teria o peso que teve um PFL para imprimir sua marca no governo, como no primeiro governo FH.

Márcio Chalita — Vai ser difícil compor uma maioria.

Otávio Amorim — Se você for somar o peso parlamentar de PMDB, PTB e PSDB eles não conseguem maioria sozinhos. Então o Serra, necessariamente, teria de procurar maioria à esquerda, já que eliminou a alternativa do PFL. O PT certamente não viria. Agora, seria possível atrair PSB e PPS, aliás o PPS já serviu ao governo FH por meio do Ministério da Reforma Agrária, com o Raul Jungman ministro. E o PSB, nós vimos aqui pela administração do Garotinho, não é um partido tão à esquerda assim, tão de oposição assim. Então, nós teríamos a possibilidade de um governo mais próximo da esquerda, mais ao gosto do Serra. Agora, o Serra afirmou, nessa reunião que houve no Ceará, que os pilares da sua política econômica seriam iguais ao do Malanismo 2, ao Malanismo pós-99. Câmbio flutuante, metas inflacionárias e austeridade fiscal. Então, a grande questão que se coloca, na eventualidade de uma negociação com a esquerda, é se a esquerda aceitaria essa plataforma econômica. Eu tenho dúvidas se a esquerda está madura o suficiente para aceitar integrar um governo que daria continuidade à obra de FH. Agora, a alternativa seria uma reconstituição da coalizão de FH, mas uma reconstituição parcial. O PFL não entraria unido como entrou no governo FH. Para começo de conversa porque a facção baiana está fora e o Maranhão está fora de vez. Isso não tem salvação, esse conflito com essas lideranças fortes locais não tem salvação, com Antonio Carlos e com a família Sarney. Esses dois cenários nos trazem duas informações: em primeiro lugar, o futuro governo Serra não será tão forte do ponto de vista político quanto foi o governo FH. E isso é importante porque eu acho que em países em desenvolvimento um governo forte sempre ajuda o crescimento. Democracias jovens e ainda relativamente imaturas como a nossa precisam de governo forte para gerar uma série de bens públicos, para gerar estabilidade política, em última instância o desenvolvimento. Esses dois cenários explicam a razão da incerteza e da apreensão que Serra gera para tanta gente, principalmente para o meio empresarial, porque pode formar tanto um governo de centro-direita, como FH, como um governo de centro-esquerda, com PSB e PPS. Agora, se Lula for eleito eu acho que um cenário otimista é possível. Ele tem insistido tanto na necessidade de se coligar para se eleger e para ganhar que, provavelmente, chamaria o PSDB para uma conversa na transição de outubro de 2002 até janeiro de 2003. Os setores progressistas do PSDB e do PMDB. Agora, seria também um governo fraco, mesmo fazendo essas alianças. Se há uma certeza que a gente pode ter é que no ano que vem não teremos um governo tão forte quanto o atual.

Dias Leite — Tem outra questão que não está ligada aos partidos propriamente, que é a questão do crescimento, da estabilidade econômica. Estamos com oito anos de uma política que se iniciou com o objetivo de liquidar a inflação e precisava de estabilidade, ninguém discute isso. Mas a necessidade do crescimento econômico recrudesceu, está presente na população, nos trabalhadores que estão sentindo a falta de oportunidade de emprego, nos empresários produtivos, nos produtores de bens e serviços, e só não existe nos empresários financeiros. Os empresários financeiros não admitem a discussão do que está aí. A maioria empresarial e trabalhadora se une, independentemente dos partidos a que pertençam, para uma busca do crescimento. Então, eu acho que isso vai compor o governo em função de um aspecto estritamente econômico, que não é contraposto ao político, é mais um outro ângulo da questão.

Paulo Levy — Se a gente recordar as condições no início de 2001, vai ver que as expectativas eram extremamente favoráveis, com base na percepção de que tínhamos sido capazes em 1999 e em 2000 de superar a crise cambial com pouco custo em termos de inflação, em termos de perda de produto. Acho que se criou a idéia de que estávamos com tudo pronto pra retomar o crescimento a taxas mais elevadas do que nos seis anos anteriores. Os dados mostravam essa direção. Em 2000, a economia cresceu 4,5%, na margem a taxa de crescimento no final de 2000 era da ordem de 6%, taxa que se manteve até o primeiro trimestre de 2001. O que não deu certo? Fundamentalmente, a mudança do cenário externo. Nós vínhamos apoiando a perspectiva de crescimento com base num cenário de crescimento forte da economia internacional, em particular da economia americana, e esse quadro muda dramaticamente no início de 2001. A crise da Argentina reforça o efeito negativo da situação externa sobre a economia brasileira. Passado 2001, a necessidade de fazer um ajuste adicional de 5% na taxa de

câmbio acumulada desde 1999 produziu tensões dentro da economia, em particular na inflação, que levaram à necessidade de dar um passo atrás na trajetória das taxas de juros. Com isso, houve uma freada no crescimento. No entanto, a reversão começou já a partir de outubro, mais intensamente a partir de novembro, o que mostra que fomos capazes de compensar, através de um aperto fiscal adicional, os efeitos negativos da taxa de câmbio sobre a dívida pública. Reconhecendo que havia um ajuste cambial em curso, que isso teria efeitos negativos sobre a dívida indexada ao câmbio, o governo apertou o ajuste fiscal. No final de 2001, superamos até mesmo as metas definidas no acordo com o FMI. Isso, mais a reversão da balança comercial a partir de julho, começa a produzir a percepção de que tem alguma coisa de diferente, a economia responde a preços. Havia até então um pessimismo muito grande com relação à capacidade de a economia brasileira responder a preços. E o que se percebe é que, num regime de câmbio flutuante, o custo de apostar contra a moeda é altíssimo, e há mecanismos endógenos de resposta da economia que fazem com que as tensões se reduzam. Com a geração de superávits comerciais, as necessidades de financiamentos externos começam a cair e, com isso, levam a um esvaziamento dessas bolhas especulativas quase que naturalmente. É óbvio que o Banco Central atuou pesadamente no câmbio, através da venda de divisas ou da colocação de dívida indexada ao câmbio. De qualquer forma, houve a percepção de que os fundamentos da economia brasileira eram mais sólidos do que pareciam anteriormente. Estávamos resistindo a um choque bastante violento, seja em relação à Argentina, à reversão da economia americana e à crise da energia que produziu efeitos dramáticos do ponto de vista de expectativas e de restrição à produção.

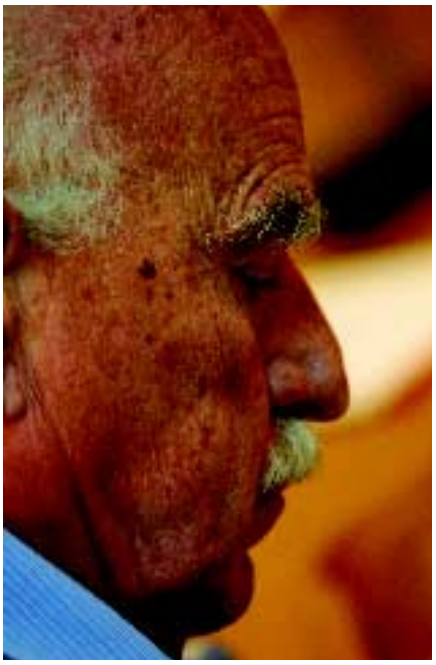
Roberto Fendt — E quais as suas expectativas sobre as taxas de juros?

Paulo Levy — Temos um problema de inflação que não é desprezível. Dada a magnitude da mudança de preços relativos, via câmbio, ninguém pode achar que sai disso incólume em termos de inflação. Tem de haver um certo cuidado de política monetária para que não se dilapide o capital de credibilidade acumulado nos últimos três anos. Mas existe espaço para reduzir a taxa de juros, isso é inegável, e a percepção de que ainda que os juros não caiam rapidamente agora, tendem a cair no futuro. É o que no fundo vem alimentando a expansão da economia. Eu não tenho dúvida de que esse início de recuperação está muito ligado à redução das taxas de juros futuras, mesmo com a taxa de juros corrente mantida constante. É a percepção de que os juros futuros tendem a ser mais baixos que tem permitido decisões de investimentos e a oferta de crédito, que deu uma travada no ano passado, principalmente no que se refere a bens de consumo duráveis. Para 2002, ainda não é um cenário de crescimento muito alto, uma taxa de 2,5%, e vamos ter de fazer um esforço muito grande na margem. Mas para chegar em 2,5% vamos ter de crescer alguma coisa como 1,7% a cada trimestre, ou alguma coisa como 6,5% em termos anualizados. Não é uma taxa trivial, mas é possível se atingir isso e projetamos esse crescimento num cenário de queda gradual de juros.



Roberto Fendt — Essa tua intervenção é interessante porque coloca as bases para a gente discutir um pouco, não o ano, mas o futuro. Haveria espaço para políticas econômicas muito díspares, caso fosse eleito um candidato que representa a continuidade, embora ele diga sem continuísmo, ou um candidato de oposição? Poderiam ocorrer mudanças muito drásticas nos programas desses governos alternativos?

Paulo Levy — O PT divulgou no ano passado um esboço de programa econômico, mais uma plataforma de princípios. Uma leitura atenta mostra que eles continuam achando que restrição orçamentária é invenção neoliberal e que ajuste fiscal se faz simplesmente para atender ao serviço da dívida que beneficia um punhado de banqueiros. Enfim, que inflação tem muito pouco a ver com política monetária. É mais ou menos isso que a gente tira daquilo que está lá. Em última análise, com controle de preços você manteria a inflação sobre controle. Do ponto de vista ideológico eu acho que o PT não mudou muito. Eu estava revendo um documento que comentava esse que o PT divulgou o ano passado e era mais ou menos nessa linha, a idéia de que não existe restrição orçamentária, de que se pode manipular a taxa de juros sem nenhum tipo de preocupação com a estabilidade e que inflação é um problema de reajustes abusivos de preços. Em relação ao José Serra eu acompanhei, até com uma certa surpresa, o discurso que ele fez em Fortaleza. Ele foi taxativo em dizer que acha que a gente tem de convergir para uma taxa de inflação semelhante à dos nossos principais parceiros comerciais, que seria uma inflação em torno de 2,5%. Ele se mostrou comprometido com a austeridade fiscal. Acho que talvez as divergências em relação à atual equipe econômica estão muito mais na percepção quanto à capacidade do governo de intervir para estimular determinados setores. Os três pilares da política macroeconômica do Serra são a austeridade fiscal, quer dizer, desenhar a política



fiscal tendo em vista uma trajetória sustentável para a relação dívida/PIB; câmbio flutuante, ele sempre foi a favor disso embora às vezes diga que é melhor o câmbio não flutuar muito — o que também não exclui o que esse governo fez. Nos momentos em que houve excesso de volatilidade, houve intervenção no mercado; e o regime de metas. Essas três questões é que são importantes. Sinalizam mais continuidade do que talvez até mesmo ele gostaria de deixar transparecer.

Márcio Chalita — Nós conversamos com o Bresser Pereira, e o bate-papo sai também nesta edição. O Bresser é um dos economistas que estão formulando a política econômica do PSDB junto com o Nakano. Eles pregam um ajuste fiscal muito forte (com cortes muito grandes de despesas) para o primeiro ano do governo Serra, enquanto não sai a reforma tributária, e acham que pode chegar a crescer 5% no primeiro ano. Eles defendem superávits primários ainda maiores do que os do governo Fernando Henrique e defendem compromisso total com a estabilidade da moeda e com a contenção de gastos do governo. Eles acham também que as universidades públicas federais têm de passar por um processo radical de modernização, com cobrança de eficiência. Querem ainda ampliar a reforma administrativa e são favoráveis à entrada do Brasil na Alca, desde que muito bem negociada.

Paulo Levy — O crescimento é um dos fatores que permitem a sustentação da estabilidade. Eu concordo com o aprofundamento do ajuste fiscal. Outra discussão importante para a equipe que prepara o programa do PSDB é a vulnerabilidade externa. Como se reduz a vulnerabilidade externa? Eu acho que, fundamentalmente, decorre da necessidade de aumentar a poupança doméstica, senão vai-se tentar acelerar a taxa de crescimento, e pela insuficiência da poupança doméstica, temos de recorrer à poupança externa. Ninguém sabe muito bem como estimular a poupança doméstica, sabe-se que o crescimento da renda tende a elevar a poupança, mas a gente sabe que a poupança pública é um componente fundamental. Houve uma melhora muito grande de 98 para cá com o aumento da poupança pública, que de menos 2%, menos 3% do PIB passou para alguma coisa hoje próximo a zero. Para aumentar a poupança doméstica, uma das formas é aumentar ainda mais a poupança pública, aprofundando o ajuste fiscal. A reforma tributária para alguns é reduzir carga tributária, para outros é simplesmente melhorar a distribuição da carga tributária sem alterar nada. Então, a reforma tributária, em princípio, é neutra ou negativa do ponto de vista do ajuste fiscal, tem de vir alguma coisa a partir do gasto. Devido às condições políticas, não discutiu mais algumas reformas de mais longo prazo que são importantes, começando pela da Previdência. A gente sabe que a questão previdenciária é fundamental no equacionamento da poupança, e isso aí é uma das tarefas para um futuro governo que esteja olhando um crescimento sustentado, que não seja um crescimento que se esgote rapidamente.

Roberto Fendt — Em relação à austeridade fiscal existe uma aprovação quase unânime em todas as correntes, é um sentimento que hoje se espalhou e que abrangeu o PT também. Você concorda, Otávio, que há um sentimento nacional pró-estabilidade?

Otávio Amorim — Pró-estabilidade ou pró-austeridade?

Roberto Fendt — Para os dois. Você concorda com alguma dessas afirmações?

Otávio Amorim — O PT é tido como um partido fiscalista quando assume as prefeituras e outros governos estaduais, de modo que isso é positivo. Quer dizer, o PT é fiscalista porque se quer um partido ético, não que acredite nas virtuosas conseqüências macroeconômicas de ajuste fiscal, mas o que interessa são as conseqüências, não as intenções. Nesse sentido, há uma convergência importante. O Serra também é tido como fiscalista. Agora, a gente tem de entender a política interna do PT para que compreendamos porque esse tipo de programa aparece. O PT é um partido no qual a militância é mais forte na determinação dos rumos do país. A liderança do PT não é tão livre quanto a do PFL e a do PMDB para fechar acordos. Como é o PMDB? O PMDB tinha prometido uma primária, a liderança disse: "Olha, não queremos mais primárias", e acabou, e foram fazer um acordo com o Serra. No PT isso é impossível, a liderança sabe disso. O que eu quero dizer é que, lendo aquele programa que saiu no final do ano passado em Recife não dá para acreditar ainda que o PT tenha internalizado a premissa de restrição orçamentária. Mas, eu acho que a liderança do PT é mais iluminada e tem que se iluminar mais por conta da sua razão política, está empenhada em ganhar a eleição e governar, e isso tem implicações lógicas. Uma vez que você faça uma coalizão com partidos de direita, necessariamente seu programa está indo em direção ao centro. Então, Lula, José Dirceu e o núcleo de moderados jogam um jogo em duas frentes, é uma frente interna com a militância, e a outra com os

outros partidos. É um jogo muito complicado e sutil e eles não podem tomar decisões tão radicais numa frente, senão podem quebrar seus laços internos no partido. Acho que está havendo uma progressiva marcha política para o centro, que vai ter repercussões na política econômica. Num eventual governo PT a questão seria: como é que se faria esse acordo com o PMDB e o PSDB? E a relação da liderança do PT com o PSDB e o PMDB? Acho que esse acordo se faria no plano das lideranças, o difícil vai ser convencer a militância, e esse convencimento tem de vir por apelos, daquele tipo que o governo fez para a população no ano passado com relação ao programa de racionamento. Inspirá-los a cooperar em nome de um bem público maior, porque se a militância do PT não coopera com a liderança, inevitavelmente ninguém vai querer fazer acordo com um partido tão volátil, instável, e esse governo estaria destinado ao insucesso. Outra questão é esse compromisso de Serra e dos seus assessores com o ajuste fiscal mais pesado. Toda a literatura de economia política mostra que só se consegue fazer ajuste fiscal com governo forte. Governo de coalizão tem muita dificuldade de fazer ajuste fiscal porque, ainda que todos queiram é o dilema do prisioneiro, cada um fica passando a batata quente para o outro: "corta em cima da sua clientela, não corta em cima da minha" e acaba não se fazendo o ajuste. Então, minhas dúvidas novamente são, ainda que seja positivo esse compromisso do Bresser e do Nakano com o ajuste fiscal mais sólido, a viabilidade de tal ajuste vai depender da equação política. O governo tem de ser forte e força do governo em regime democrático é ter maioria parlamentar estável.

Roberto Fendt — Não fossem as crises, talvez a gente estivesse numa trajetória de crescimento mais perceptível. A nossa preocupação é saber até que ponto a indução a um crescimento mais acelerado pode pôr a perder algumas das conquistas mais importantes que esta geração viu, que é a inflação a níveis civilizados. É uma conquista muito grande da sociedade. Quais as chances, do ponto de vista econômico e até político, de nós conseguirmos retomar o crescimento com estabilidade?

Dias Leite — Além da estabilidade, há quatro objetivos que, ao contrário do que muito se diz, são contraditórios em grande parte: crescimento, estabilidade, distribuição social da renda e meio ambiente. O desenvolvimento sustentável agora envolve o meio ambiente. A China está fazendo siderurgia e usinas térmicas com a pior tecnologia, estragando o meio ambiente para ser mais barata. Então, você distribui a renda, faz o programa social, mas não faz a política industrial de expansão. Qual é a prioridade?

Paulo Levy — Eu acho muito bem colocado. Acho que não existe contradição entre crescimento e estabilidade. Foram feitas reformas importantes na economia brasileira que resultaram em crescimento acelerado da produtividade. E as ineficiências ainda presentes, do ponto de vista de infra-estrutura, de aparato institucional e jurídico, permitem que a gente espere aumentos maiores de produtividade, que é, obviamente, aquilo que torna o crescimento consistente com a manutenção da estabilidade, um crescimento baseado num aumento da produtividade. Temos um enorme espaço a ocupar, como a capacitação dos trabalhadores na melhoria de práticas gerenciais, o que certamente deve levar à continuidade dos ganhos de produtividade que a gente teve ao longo do ano passado, decorrentes de abertura da economia, privatização. A distribuição de renda eu acho que se seguiria a esse processo de continuidade de reformas, com muita ênfase na educação como um fator central no processo de redistribuição da renda. A questão do meio ambiente depende de vontade política forte, de saber combinar essa preocupação com o crescimento sustentado e com uma regulamentação que não imponha custos excessivos aos produtores domésticos. Eu acho que desse ponto também o Brasil ainda tem espaço a ocupar, quer dizer, possibilidade de expandir a produção horizontalmente sem produzir danos sérios ao meio ambiente. Já temos crescimento sustentável compatível com as outras questões distributivas. É isto que nos torna otimistas em relação às perspectivas futuras da economia.

Otávio Amorim — Como cientista político eu poderia dizer o seguinte em cima do que o Levy afirmou: Se estabilidade econômica e crescimento vão de mãos dadas, eu me pergunto quais são as precondições políticas para termos pelo menos estabilidade econômica? No caso do Brasil, estabilidade política e estabilidade econômica também devem ir de mãos dadas. Essa é a grande lição do governo FH e também uma grande novidade histórica no Brasil. Nunca tivemos um governo, democraticamente eleito, tão forte do ponto de vista político e tão estável, e esta estabilidade não é vista apenas de uma perspectiva impressionista. Se pegar os números, pegar um indicador clássico de estabilidade, a taxa de rotatividade dos ministros é a mais baixa desde o governo Dutra. Isso é uma grande virtude. Para que tenhamos estabilidade política no futuro é fundamental a formação de governo de coalizão, essa é outra grande lição do governo FH, principalmente para nós que tivemos a triste experiência do governo Collor. É importantíssimo que se enraíze nas lideranças partidárias, na militância política, essa necessidade absoluta de se fazer acordos com outros partidos para governar. Esta é a grande lição negativa que tivemos no Collor e que foi enterrada no governo FH. Eu só posso manifestar minha esperança de que o futuro governo tenha bem claro as lições do governo FH, a necessidade permanente de negociar com os líderes partidários. A estabilidade econômica depende de estabilidade política e estabilidade política no Brasil depende de acordos de coalizão bem feitos entre os presidentes dos partidos, sejam eles quais forem.



Não dá mais para esperar

Essa é, praticamente, a opinião unânime dos economistas entrevistados por *Conjuntura Econômica* sobre a retomada do crescimento econômico. Boa parte desses especialistas pertence ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e foi consultada durante o lançamento do livro *Políticas para a retomada do crescimento — Reflexões de economistas brasileiros* (ver seção *Livros & Idéias*). Para eles, a economia brasileira melhorou em alguns aspectos, mas permanece amarrada à questão fiscal. Outras restrições são o balanço de pagamentos e a balança comercial. Qualquer tentativa de fazer a economia crescer um pouco mais provoca aumento nas importações, diminui o saldo comercial e esbarra no velho problema de como financiar tudo isso. A expectativa é de um crescimento superior ao do ano passado, mas dramaticamente inferior ao que seria o ideal para o país, segundo os técnicos do Ipea, algo em torno de 6% ao ano. A seguir, trechos dos principais depoimentos.

Rui Pizarro

Não existe crescimento sem poupança

A retomada do crescimento depende de medidas internas que são tomadas em um contexto externo. Aparentemente, o contexto externo — principalmente com a aparente retomada da economia nos Estados Unidos — é benéfico. Por outro lado, estamos com algumas restrições que são internas ao crescimento. Resolvemos problemas que eram crônicos como a questão da inflação, que está razoavelmente controlada. A questão fiscal, idem, se a olharmos numa fotografia. Se a analisarmos por um processo mais dinâmico, ainda é complicada porque o enorme superávit fiscal obtido até agora tem sido usado não para investir e garantir o crescimento futuro, mas sim para serviço de uma dívida que não pára de crescer.

Outras restrições ao crescimento são o balanço de pagamentos e a balança comercial porque qualquer tentativa de colocar a economia crescendo um pouco mais aumenta as importações, diminui o saldo comercial e causa a volta do velho problema de como financiar isso. O grande problema é que não existe crescimento sem poupança. Para crescer é preciso investir, para investir é preciso poupança e a poupança que está sendo feita — e que pode ser medida pelo enorme superávit fiscal — está sendo usada para outras fins.

Marcelo Lara Resende
Economista e técnico do Ipea

Condições são melhores que em 2001

A Cepal costuma analisar as economias latino-americanas em conjunto, mas como brasileiro não posso me furtar de dizer que há indicadores razoavelmente positivos, se comparados com o ano passado. Eu citaria a retomada do dinamismo da economia dos Estados Unidos e as decisões recentes do FED e do Copom, sinalizando uma trajetória decrescente da taxa de juros, o que deve ter um impacto positivo sobre as decisões de investimento. Há um cenário de recuperação — ou de, pelo menos, maior dinamismo — no setor exportador, no que se refere à exploração de novos mercados e aí cabe um destaque importante para as missões comerciais conjuntas com os parceiros do Mercosul. Eu acho que essa é uma trilha importante a ser perseguida porque diminui a área de atrito potencial entre os parceiros para somar esforços e para a exploração de terceiros mercados.

As eleições deste ano não devem representar grandes turbulências porque a Lei de Responsabilidade Fiscal vai evitar o risco de gastos públicos. Então, há sinais positivos. Mas não podemos esquecer que há um passivo social muito importante e dramático. O Brasil é um país com uma série de temas pendentes, desde segurança pública a questões distributivas e isso nenhum governante pode perder de perspectiva. Há uma situação de contas públicas que não é a ideal e um passivo externo que

também não é o ideal, mas certamente as condições para uma recuperação estão mais presentes hoje do que há 12 meses.

Renato Baumann
Diretor do Escritório da Cepal no Brasil

É preciso cuidar do lado real da economia

A minha posição não é nem de grande entusiasmo nem de grande depressão. É uma posição ponderada entre esses dois extremos. Nós temos recursos neste país: naturais, produtivos, empresariais, de trabalho. A classe trabalhadora que está aí foi a que, mesmo analfabeta, fez a industrialização. Nós nos livramos do principal problema macroeconômico, que foi a instabilidade de preços. Entretanto, temos um problema sério no lado externo e essa é uma questão em que a Cepal vem insistindo há 50 anos: o principal problema das economias latino-americanas é o das divisas necessárias para crescer. Então, a velocidade do nosso crescimento depende da maneira como sejamos capazes de enfrentar essa questão externa. De resto, não temos grandes problemas.

Há necessidade de uma mudança fundamental, que é cuidar do lado real, produtivo da economia, sem abandonar os fundamentos da estabilidade. Estes podem ser tratados de diferentes maneiras, sem colocar em risco a estabilidade. É preciso que nos dediquemos a políticas de investimentos dos setores produtivos, de maneira a garantir, a médio e longo prazos, o crescimento sem problemas externos.

Ricardo Bielschowsky
Economista da Cepal e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Mais uma década sem prosperidade

A perspectiva dos 38 economistas que nós entrevistamos não é otimista, apesar de também não ser demasiadamente pessimista. A maioria acha que o Brasil enfrenta grandes dificuldades para retomar o crescimento e que a restrição externa é, talvez, a mais importante. Mas a previsão é de que nos próximos dez anos não deveremos ter taxas de crescimento altas, não deveremos ter uma década de prosperidade. Essa é a opinião média e a minha, também.

Pessoalmente, acho que temos condições de retomar não ritmos altos como historicamente o Brasil sempre teve, de 7% e 8%, mas de 4%, 5%, sem dúvida nenhuma que há possibilidade, desde que tenhamos um papel importante do investimento público. Eu sou daqueles que acham que o investimento público ainda tem um papel a cumprir, é um farol importante para o investimento privado — como, aliás, sempre foi na história do país. Principalmente, na área de infra-estrutura, social, por exemplo, onde há muito que fazer e eu não vejo por que o Estado não possa fazê-lo. Nos últimos anos, o investimento público decaiu muito e precisa ser retomado. Como financiar isso é uma segunda questão.

Antônio Cláudio Sochaczewski
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-diretor do Banco Central

Trajetória clara e definida é fundamental

Eu creio que a economia brasileira pode entrar numa trajetória de crescimento. Mas um ponto é fundamental: mais do que uma certa estabilidade não só em termos de alguns indicadores macros, é necessária uma estabilidade em termos de condução e de discussão do debate econômico. Tão danosa quanto a volatilidade de índices e de taxas de juros, é a volatilidade de opiniões ou de direção. Independentemente do que venha a ser o resultado da eleição, o importante é ter uma trajetória bem definida e que o futuro governo venha a persegui-la ao longo do período do seu mandato. É preciso consistência.

A política econômica do próximo governo pode até não ser uma continuação da atual, mas precisa deixar bem claro quais os seus propósitos, sem arrependimentos ou revisões ideológicas, mais tarde. Logicamente, a continuidade é importante para a estabilidade e a economia brasileira já deu mostras de que tem inserida, dentro de si, mecanismos que buscam e preservam a estabilidade. A cautela, que alguns classificam de excessiva, foi a marca da política econômica do atual governo, o que até é compreensível, pois o país estava com déficit de credibilidade, como é o caso, agora, da Argentina. Com esse déficit, o caminho sempre é mais difícil, sem dúvida.

Carlos Mussi
Economista da Cepal no Brasil

Os ventos estão a favor

No curto prazo existem alguns pontos específicos ainda pendentes que não permitem uma definição melhor do tamanho do crescimento esperado para este ano. Um deles é a extensão da recuperação da economia americana. Também existem dúvidas sobre o comportamento das exportações brasileiras e, não podemos esquecer, as expectativas ligadas à eleição presidencial. Enfim, são variáveis que podem tornar o ambiente mais ou menos incerto ao longo do ano. Mas, em princípio, 2002 vai revelar uma retomada do processo de crescimento.

O Brasil cresceu apenas 1,5% no ano passado, o que é ridiculamente baixo. Com base nos dados de que se dispõe hoje é possível prever que deveremos crescer um pouco mais do que no ano passado, talvez algo em torno de 2,5%. Então, do ponto de vista da atividade econômica, 2002 será um ano melhor, mas não substancialmente melhor.

A sugestão que eu faria a meus colegas economistas é que se dedicassem com afinco a tentar entender exatamente por que a economia brasileira perdeu tanto dinamismo nos últimos anos. Mesmo com os choques do ano passado absorvidos, mesmo com a melhora da economia mundial, com o fim do racionamento de energia, e com o fato de a Argentina ter se descolado do Brasil e do mundo, ainda assim, crescemos pouco. Mas os ventos estão praticamente todos a favor, com exceção do preço do petróleo, que é uma fonte de preocupação porque afeta a inflação, ainda que não provoque maiores repercussões na política de juros.

José Júlio Senna
Sócio-diretor da MCM Consultores Associados e ex-diretor do Banco Central